

**INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA XUKURU DO ORORUBÁ: PENSANDO O DIREITO
A DIFERENÇA E A DIGNIDADE INDÍGENA NO NORDESTE**

**CHILDHOOD AND ADOLESCENCE XUKURU DO ORORUBA: THINKING THE
RIGHT TO DIFFERENCE AND INDIGENOUS DIGNITY IN THE NORTHEAST OF
BRAZIL**

Edson Silva¹

Resumo: As reflexões apresentadas situam a infância e à adolescência indígena em uma perspectiva histórica, a partir das interrelações entre famílias, as experiências, expressões socioculturais, organizações, mobilizações e reivindicações por direitos pelos povos indígenas. Sobretudo os territórios demarcados garantindo um viver bem, no Nordeste do Brasil, uma das regiões mais antigas da colonização portuguesa no país. Observando a trajetória do menino Gercino Balbino da Silva nascido em 1924, na Aldeia Cana Brava, uma das muitas localidades na Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), buscamos compreender a infância e à adolescência Xukuru do Ororubá. Na época as terras do antigo aldeamento no Semiárido, declarado extinto em fins do século XIX, estavam invadidas por fazendeiros, criadores de gado e donos de engenhos de açúcar nas áreas de brejos. Sem terras para viver e plantar, os pais de Gercino foram morar em outra localidade na Serra do Ororubá, com os avós do menino trabalhando “de alugado” para um fazendeiro local. Desde criança Gercino enfrentou uma vida difícil. Aos oito anos, com a família trabalhava no “cabo da enxada”, recebendo metade da diária paga a um adulto. Com o milho ainda verde o fazendeiro soltava o gado na plantação destruindo a roça. Desde criança acompanhando familiares participou do ritual do Toré anualmente realizado na Vila de Cimbres. E adolescente foi escolhido para suceder um indígena idoso, exercendo papel importante no ritual. Jovem migrou com parentes para trabalhar na lavoura canavieira, participou das mobilizações e conquista da demarcação do território indígena.

Palavras-chaves: infância, adolescência, indígenas, História

Abstract: The reflections presented place indigenous childhood and adolescence in a historical perspective, based on the interrelationships between families, experiences, sociocultural expressions, organizations, mobilizations and claims for rights by indigenous peoples. Especially the demarcated territories guaranteeing a good life in the Northeast of Brazil, one of the oldest regions of portuguese colonization in the country. Observing the trajectory of the boy Gercino Balbino da Silva born in 1924, in Aldeia Cana Brava, one of the many locations in Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), we seek to understand the childhood and adolescence of Xukuru do Ororubá. At the time, the lands of the former settlement in the Semi-arid region, declared extinct at the end of the 19th century, were invaded by farmers, cattle ranchers and owners of sugar mills in the swamp areas. Without land to live and plant, Gercino's parents went to live in another location in the Serra do Ororubá, with the boy's grandparents working “in rent” for a local farmer. Since he was a child, Gercino faced a difficult life. At the age of eight, with his family, he worked on the “hoe handle”, earning half the daily rate paid to an adult. With the corn still green, the farmer released the cattle into the plantation, destroying the field. Since he was a child, accompanying family members, he participated in the annual Toré ritual held in Vila de Cimbres. And a teenager was chosen to succeed an elderly indigenous man, playing an important role in the ritual. Young migrated with relatives to work in the sugarcane plantation, participated in the mobilizations and conquest of the demarcation of the indigenous territory.

Keywords: childhood, adolescence, indigenous, History

O lugar da infância e adolescência indígena?

¹ Professor Titular de História da UFPE. Realizei o Pós-Doutorado em História na UFCE (2020) e Pós-Doutorado na UFRJ (2013). Doutor em História Social pela UNICAMP (2008) Mestre em História pela UFPE (1995). Professor efetivo no Centro de Educação/Col. de Aplicação da UFPE

Antes de tudo, se faz extremamente necessário compreender que discutir sobre aqueles genericamente chamados de “índios” é se confrontar com uma situação parecida ao olhar um caleidoscópio: são povos em com múltiplas expressões socioculturais, diferentes entre si e de nossa sociedade. Portanto, ainda que seja possível encontrar algumas semelhanças entre os diferentes povos indígenas habitando nas diversas regiões do Brasil, cada povo indígena é singular em suas expressões socioculturais e organizações sociopolíticas, inseridas em processos e situações históricas peculiares. Pensar os povos indígenas é então pensar sempre em experiências plurais e diferenciadas.

No Brasil ainda são poucos os estudos sobre crianças e a adolescência indígena. Diversos missionários e cronistas coloniais registraram o grande amor dos indígenas pelos/as filhos/as e destacaram a “importância que o índio dava à proteção e ao cuidado dos pequenos”, ainda que religiosos consideravam os nativos como bárbaros, ferozes e irracionais. Atribuições influenciando outros relatos sobre supostas violências dos nativos contra as crianças e adolescentes. (CHAVES, 2000).

As descrições históricas analisadas mostram que a condição de vida e o significado de criança muda, dependendo das condições sociais, econômicas e culturais. As transformações estão relacionadas com contextos que são envolvidos por símbolos, os quais tem significados que são compartilhados pelos diferentes grupos (a cultura), dependendo do lugar que ocupam nas relações sociais de uma determinada organização econômica. (CHAVES, 2000, p. 26).

Sobre o lugar e o tratamento da infância e a adolescência entre povos indígenas no Brasil é possível evidenciar alguns aspectos comuns. Os territórios/aldeias indígenas são ambientes comunitários de famílias extensas, lugares de expressiva afetividade e reciprocidade. E assim, nesses espaços não existem órfãos/as e nem abandonados/as. E, além disso, a criança e o/a adolescente têm uma participação ativa na vida sociocultural. A educação ocorre por meio de ritos, em liberdade com responsabilidades, em um processo educativo de crescimento e contínuo amadurecimento. Entre os povos indígenas em geral, portanto, as crianças e adolescentes estão em meio às múltiplas relações de solidariedade e afeto, possibilitando uma experiência de vida bem acolhida.

Em relação aos povos indígenas no Nordeste, vivenciando a especificidade de um longo tempo de contatos coloniais, de relações quase sempre na totalidade conflituosas com as populações próximas as aldeias, em disputas pelos territórios e negações das identidades étnicas, até onde temos conhecimento quase inexitem estudos aprofundados tratando sobre a criança e a adolescência indígenas.

Uma pesquisa realizada sobre os indígenas Tingui-Botó, habitantes no município de

Feira Grande, no estado de Alagoas, acerca dos espaços de socialização das crianças concluiu:

Assim, elas aprendem as “coisas de índio” tanto com os mais velhos, como entre elas próprias, como ocorre nas reuniões realizadas à noite “para cantar Toré”. São nestes ambientes informais que algumas crianças ganham destaque e se formando enquanto (possíveis) futuras lideranças. Esta formação passa também pela escolarização, mas, principalmente, pelo aprendizado das “coisas de índio”. A partir destas proposições, considero que as concepções de mundo das crianças são construídas também por aspectos específicos desta população. (FERREIRA, 2010, p. 162).

As reflexões ora apresentadas sobre essa temática tão ampla, considerando também os limites desse texto, se baseiam em pensar a infância e à adolescência indígena em uma perspectiva histórica, a partir das interrelações entre famílias, as experiências dos povos indígenas, as expressões socioculturais, as organizações sociopolíticas, mobilizações e reivindicações por direitos, sobretudo aos território demarcados garantindo um viver bem.

A infância e à adolescência indígena Xukuru: um olhar histórico

Os povos indígenas no Nordeste durante muito tempo foram vistos e pensados na perspectivas das perdas culturais, do suposto extermínio e desaparecimento. Nos lugares onde existiram antigos aldeamentos foram chamados e conhecidos como *caboclos* no senso comum das populações vizinhas e regional. Considerados aculturados e classificados oficialmente como *remanescentes de índios*, aos mesmos foram dedicados estudos dos hábitos e costumes considerados exóticos, acerca das danças e *manifestações folclóricas em vias de extinção*, como também apareceram em publicações, crônicas de memorialistas exaltando de forma idílica a “contribuição” indígena nas origens e *formação social* de municípios no interior do país. (OLIVEIRA, 2004; xxxxxxxx)

A colonização portuguesa na região onde habitam os Xukuru do Ororubá ocorreu a partir de 1654, quando o Rei de Portugal fez doações de grandes sesmarias de terras a senhores de engenho do litoral para criação de gado. Em 1661, atendendo solicitação oficial, os missionários Oratorianos fundaram o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas. (MEDEIROS, 1993). Na documentação oficial da Vila de Cimbres, ao lado das referências mais antigas aos Xukuru, são citados também na “Aldeia do Ararobá” os Paratió assistidos pelos citados religiosos católicos romanos. As missões religiosas investiram na catequese de crianças e adolescente, na perspectiva da cristianização de futuros adultos. (FIAM-CEHM, 1985).

Conforme previa a legislação portuguesa, com o Diretório do Marquês de Pombal de 1757, o antigo Aldeamento do Ararobá foi elevado em 1762 à categoria de Vila com o nome de Cimbres. Quando da instalação da Vila, o Ouvidor Geral afirmava que o funcionamento seguiria as determinações do Diretório Pombalino, dentre as quais a prevista para duas escolas

públicas, uma para os meninos e outra para as meninas. Na escola para os meninos, como ocorria nas demais “nações civilizadas”, além da doutrina cristã seria ensinado a ler, escrever e contar. Na escola para as meninas, afora o determinado para lecionar aos meninos, seria ensinado fiar, fazer renda e costura. (FIAM-CEHM, 1985).

Colegas pesquisadores/as nos arquivos portugueses, em conversas informais relataram a emoção ao encontrar em anexo aos documentos remetidos do Brasil, várias peças de delicadas rendas como mostruário do produzido pela colônia portuguesa na América. Quais mãos produziram amostras de rendas?! Os municípios de Pesqueira e Poção, onde atualmente é localizado a Terra Indígena Xukuru do Ororubá, são conhecidos pela produção da chamada renda de *bilro*. Convém lembrar, portanto, as origens da renda nesses lugares elaboradas por crianças e adolescentes indígenas. Tratava-se de um trabalho compulsório, justificado pela civilização do “índio”.

A transformação das missões/aldeamentos em vilas como determinou o Diretório Pombalino foi justificada por um projeto de “civilização do índio”, incorporação à cultura colonial portuguesa por meio, dentre outras medidas, da administração civil em substituição aos missionários, a proibição em falar a língua nativa, a nomeação dos indígenas apenas com nomes e sobrenomes portugueses, o estímulo aos casamentos mistos com o incentivo para moradia nas novas vilas de colonos vindos de Portugal.

Com o Diretório Pombalino a Coroa Portuguesa desejava acima de tudo que todos os “índios” como súditos do Rei moradores nas vilas. Não seria aceitado nenhum grupo indígena fora dessas povoações, ao contrário os reticentes seriam convencidos ou combatidos para se estabelecerem nas vilas e se dedicarem à agricultura. No Agreste e Sertão pernambucano povos indígenas não aceitaram esse controle social colonial. Os registros oficiais informam grupos de indígenas que se recusaram, atacando ou fugindo da Vila de Cimbres. Após ataques os Paratió se refugiavam longe e por determinação do Governador da Capitania, foram organizadas bandeiras para caçá-los. (AZEVEDO, 2004, p.96-115).

Os povos indígenas elaboraram diversas estratégias nas relações diante do universo colonial. Muitas vezes aldearse, mesmo significando aceitar o suposto controle social português, uma reorganização sociocultural e a reelaboração da identidade, era uma garantia de sossego contra os constantes ataques das bandeiras, a morte e a escravização. Torna-se cristão e súdito da Coroa possibilitava reivindicar os direitos e benefícios, inclusive os legais, dos demais súditos portugueses. (ALMEIDA, 2003).

A partir dessa perspectiva é possível compreender o registro sobre um grupo de

Paratió, que após deixar o aldeamento do Ararobá indo para Águas Belas, de onde fugindo de conflitos e depois de andarem “dispersos pelas matas” retornaram a Cimbres em 1774. Em razão do número de mulheres e crianças, e “por não querem andar, de sorte que lhes prejudicasse a eles e seus parentes”, a situação exigia acomodação para sobrevivência do grupo voltando ao convívio com os Xukuru e demais moradores na Vila, aceitando as condições impostas pelo Diretório Pombalino lembradas pelo Diretor dos Índios. Chamando a atenção especificamente a referência as crianças Paratió (FIAM-CEHM, 1985).

O Século XIX foi um momento decisivo para os indígenas no Nordeste. Nas terras das antigas missões transformadas em vilas de índios, onde como determinava o Diretório Pombalino se instalara arrendatários, invasores nos territórios tradicionais indígenas. A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, reconhecendo outra vez os aldeamentos indígenas, mas estimulando nas terras dos aldeamentos o livre estabelecimento de brancos. Aos indígenas restavam pequenas glebas de terras e o trabalho como mão-de-obra para os fazendeiros. As vilas passaram a ser oficialmente vilas sem indígenas, os moradores nativos foram chamados de caboclos. Amparados pela legislação, por regras estabelecidas pelos invasores e com o apoio das autoridades, os fazendeiros se apossaram de grandes extensões de terras indígenas. E pouco a pouco, por meio da ocupação de cargos públicos, impuseram o controle político hegemônico em Cimbres e adjacências, situação concretizada no século XIX. (xxxxxxxxxx).

Após a Lei de Terras em 1850 os fazendeiros e as autoridades provinciais pediram ao Governo Imperial a extinção do aldeamento de Cimbres. A Câmara de Pesqueira em ofícios endereçados as autoridades provinciais, alegando não existir mais indígenas Xukuru e sim caboclos, a necessidade de expansão do Município, solicitava seguidamente as terras indígenas como patrimônio. Atendendo as insistentes solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres. Foram beneficiados os arrendatários, muitos deles vereadores e fazendeiros invasores das terras Xukuru, membros da elite local com consideráveis relações e influências na política provincial e nacional. (xxxxxx).

Os indígenas Xukuru do Ororubá afirmam em relatos das memórias orais que com as invasões sistemáticas das terras e a decretação da extinção do aldeamento de Cimbres, umas poucas famílias migraram para terras de outros aldeamentos, também posteriormente declarados oficialmente extintos. Dezenas de famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra se dispersando por regiões vizinhas. Ora trabalhando nas

fazendas, como moradores ou agregados, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos, vieram ocupar as periferias dos centros urbanos próximos, em cidades como Garanhuns, Pesqueira, Lagoa dos Gatos, Correntes. Ou ainda se deslocaram para as capitais nordestinas e o Centro Sul do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. (xxxxxxxx).

Com a Serra do Ororubá situada na fronteira pernambucana com o Sertão paraibano, muitos Xukuru do Ororubá também migraram para o Sertão daquele Estado, onde foram trabalhar nas lavouras de algodão. Outras famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e da seca, foram trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, se estabelecendo nas cidades próximas a lavoura canavieira. (xxxxxxxxxx).

Em registros históricos, foi citada a migração para a Zona da Mata Sul, chamada “o sul” pelos indígenas, em períodos de seca ou na busca de trabalho em razão da falta de terras próprias para produzirem as lavouras de subsistência. Um ofício da Câmara da Vila de Cimbres, dirigido à Presidência da Província de Pernambuco, em 1827,² respondendo sobre a situação do aldeamento, acusava os indígenas de indolentes, ladrões e preguiçosos. O empenho “civilizatório” do novo capitão-mor, além de enfrentar a resistência dos nativos, foi interrompido por uma seca devastando aqueles “sertões”, provocando mortes de indígenas e “expratiando-se outros para procurarem a vida das matas do sul”, onde, informava o documento, muitos morreram vitimados por epidemias. Portanto, desde longa data ocorreu à migração de indígenas Xukuru do Ororubá para a Zona da Mata Sul de Pernambuco, em razão da seca, em busca de melhores condições de vida.

No conhecido livro *A terra e o homem no Nordeste*, publicado em 1963 e reeditado várias vezes, o autor Manuel Correia de Andrade, classificou dentre os trabalhadores assalariados na lavoura canavieira “os corumbas” ou “catingueiros”, residentes “no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participar da colheita. Fazem, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltam para sua terra”. (ANDRADE, 1980, p.106).

Um estudo baseado em entrevistas (xxxxxxxxxx) constatou as origens indígenas de vários indivíduos, a maioria moradores no Município de São Benedito do Sul. Os antepassados vieram de antigos territórios/aldeamentos nas regiões próximas e também do Agreste pernambucano. Severina Raimundo da Conceição, com 70 anos, afirmou que os antepassados eram de Pesqueira. Nascida em Agrestina/PE, de onde com oito anos de idade

²In: CALADO, 1979, p.155. (Anexo V).

migrou com os pais para São Benedito do Sul. Trabalhavam durante a safra da cana-de-açúcar e na entressafra voltavam para Agrestina ou Pesqueira. E afirmou “Todo mundo da minha casa trabalhou suado para a Usina Água Branca e a Usina Frei Caneca. Demos duro até pelo fato de morar ‘debaixo da asa’ do usineiro, nunca tivemos casa. Aqui fomos escravos e humilhados”. O filho e sobrinhos continuavam trabalhando na lavoura canavieira na região. E parentes no mangue em João Pessoa/PB pegando caranguejo.

Em outro momento significativo para a história Xukuru do Ororubá, a participação na chamada Guerra do Paraguai (1865-1870), contata-se a presença de menores. Na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco, disponível no Arquivo Público Estadual, existem diversos ofícios citando o processo de recrutamento de indígenas para aquele conflito no Cone Sul. Sendo explícita a truculência dos diretores das aldeias no alistamento forçados dos nativos como Voluntários da Pátria. As justificativas são sempre a manutenções da ordem e a paz nas aldeias. (xxxxxxxxx).

Um ofício datado de 1865 foi acompanhado por uma relação com os nomes de 82 indígenas “Voluntários da Pátria” da Aldeia de Cimbres. Informando ainda o documento que os alistados estavam deixando os soldos em consignação para as famílias.³ Mas, o recrutamento aparentemente como uma ação tranqüila, é desmascarado na leitura de um ofício do ano seguinte, enviado ao Presidente da Província pelo do Diretor Geral dos Índios, com a queixa de um indígena de uma numerosa família, pedindo dispensa de dois filhos que “forão forçados a se alistar como Voluntários da Pátria”.⁴

Em agosto de 1869 o Diretor-parcial dos Índios de Cimbres, atendendo ao pedido da mãe do “menor Francisco índio filho do também índio deste aldeamento Alberto de Brito Cavalcante Arcoverde,” solicitava a Presidente da Província que o adolescente tendo findado os estudos no Colégio de Órfãos não fosse, como determinava a lei, encaminhado ao Arsenal da Marinha ou da Guerra. Afirmava o Diretor ser o pai do menor “dado ao vicio na embriaguês” estando fora do aldeamento e não prestando apoio a família. O Diretor solicitava o retorno do adolescente ao aldeamento, onde tinha “mãe e irmãos pequenos aos quais pode servir de amparo”.⁵

³Quadro com relação dos índios do Urubá/Voluntários da Pátria, em 02/04/1865. Arquivo Público Estadual/APE, Códice, DII-19, folha 83.

⁴Ofício do Diretor Geral dos Índios, em 21/01/1866. APE, Cód. DII-19, fl. 96.

⁵Of. da Diretoria Parcial dos Índios de Cimbres, em 01/08/1869, ao Presidente da Província de Pernambuco. APE, Cód. DII-29, fl. 146.

Pouco adiantou o pedido da mãe e o ofício do Diretor-parcial de Cimbres a autoridade provincial. A grande violência, o período de internato do menor no Colégio de Órfãos,⁶ somou-se a solicitação da Santa Casa de Misericórdia para “que o menor Francisco Cavalcante de Brito Jequitibá” fosse admitido no Arsenal de Guerra, atendida pelo despacho do Presidente da Província. Com o prolongamento da Guerra do Paraguai e a escassez de tropas, o Governo Imperial foi progressivamente promulgando leis para o recrutamento de mais combatentes. O recrutamento de crianças e adolescentes que findara no final do século XVIII, passou outra vez a vigorar. (VENÂNCIO, 1999). Do Arsenal da Marinha e da Guerra esses recrutados juvenis eram embarcados para a Guerra do Paraguai.

O menino Gercino: a infância e adolescência Xukuru do Ororubá no século XX

Como visto, após a extinção oficial do Aldeamento de Cimbres em fins do século XIX, por toda a Serra do Ororubá, muitos indígenas sem-terras foram morar “de favor” em terras invadidas pelos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam desde a infância nas lavouras, invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro. Outra opção para os indígenas sem-terras era o chamado trabalho arrendado. Nas memórias orais os Xukuru do Ororubá narram as grandes pressões dos fazendeiros sobre aqueles com pequenos pedaços de terras, para arrendá-las, comprá-las ou tomá-las à força. Provocando a dispersão de famílias indígenas.

Uma situação emblemática para compreendermos a infância e à adolescência Xukuru do Ororubá nesse contexto. Gercino Balbino da Silva nascido em 1924, na Aldeia Cana Brava, uma das muitas localidades na Serra do Ororubá, conhecido por “Seu” Gercino, faleceu aos 83 anos em junho de 2007. Na época em que nasceu as terras do antigo aldeamento, declarado extinto em fins do século XIX, estavam invadidas por fazendeiros criadores de gado e donos de engenhos que nas áreas dos brejos produziam cachaça e rapadura.

Uma grande produção de leite era também contabilizada e exaltada no município de Pesqueira naquela época. Fartura para uns poucos, miséria para muitas famílias Xukuru. Um período difícil lembrado⁷ por “Seu” Gercino. Época de muita fome, com muitas crianças mortas por desnutrição como evidenciaram as informações oficiais nos arquivos da Prefeitura de Pesqueira. O menino Gercino foi um dos sobreviventes.

⁶O Colégio de Órfãos era para crianças de sete a nove anos de idade. A partir de 1866 era próximo ao centro comercial do Recife, no Bairro da Boa Vista, com internos indígenas, negros e pobres. Instituições desse tipo funcionavam com um sistema disciplinar bastante rígido e registros que os internos eram submetidos a maus-tratos e até torturas (ARANTES, 2005).

⁷A entrevista com “Seu” Gercino, na época com 80 anos, foi realizada em 11/08/2004, na Aldeia Pedra D’Água, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE. (xxxxxxx).

A opção para os indígenas era o chamado trabalho alugado. Sem terras para viver e plantar, os pais de Gercino foram morar em Sítio do Meio, também localizado na Serra do Ororubá, com os avós do menino trabalhando “de alugado” para um fazendeiro local. Desde criança Gercino enfrentou uma vida árdua. Aos oito anos, como seus pais e avós, trabalhava no “cabo da enxada”, porém só recebia cinco tostões por dia. Era a metade de uma diária paga a um trabalhador adulto.

Assim como as demais famílias indígenas na Serra do Ororubá, além do trabalho alugado os familiares de Gercino eram moradores nas terras em mãos dos fazendeiros. Moravam “de favor” e plantavam roça: milho e feijão para a subsistência. Com o compromisso de plantar também o capim para o gado do invasor. Muitas vezes, mal dava tempo para colheita. Com o milho ainda verde o fazendeiro soltava o gado na plantação destruindo a roça.

Acompanhando os parentes indígenas xukurus o jovem Gercino migrou para “o sul”, como chamavam a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para trabalharem nos canaviais e nas usinas de cana-de-açúcar. Na esperança de retornar trazendo um pouco de dinheiro para os familiares como os mais idosos, mulheres, crianças e todos que não podiam ir para “o sul”. A falta de terras para trabalhar, provocava a migração em busca de trabalho. (xxxxxxx).

Considerado um espaço sagrado pelos Xukuru, marco inicial da colonização portuguesa na região, a Vila Cimbres foi apropriada pelos indígenas que a transformaram em um espaço de memória e de referências. Tornou-se um espaço de encontros anuais para as festas religiosas do calendário católico romano, mas relidas a partir dos horizontes Xukuru do Ororubá. Seguindo o calendário festivo religioso em Cimbres, São João chamado *Caô* pelos Xukuru, é festejado em junho. Nossa Senhora das Montanhas, denominada pelos indígenas *Mãe Tamain*, no início de julho, além de São Miguel, em setembro.

O Toré dançado em Cimbres tem à frente um guia: o “Bacurau”. Acompanhando os mais velhos para a Vila, “fardadinho” desde criança, “Seu” Gercino contou como foi escolhido para suceder o indígenas exercendo a função do “Bacurau”:

Eu tava com idade de onze ano. Isso ai. O seguinte foi esse, o bacurau mais velho da vila era Chico Rodrigues, era um índio, um homão, e todo ano minha mãe e minha avó, nunca perdeu um ano, ia na Vila Dia de Nossa Senhora e pelo São João e São Pedro. Ela nunca perdeu. Quando ela ia, ela me levava Inté quando eu cheguei a onze ano. Eu já acompanhava os índio dançando. Eu também fardadinho, acompanhava nos índio. E o finado Chico Romão gostava muito de mim, porque diz que eu era esperto. Era um menino esperto, eu acompanhei, acompanhei, acompanhei. Quando eu tava com onze ano, ele era doente, o finado Chico Rodrigues... Ai, nós... Eu, menino, esperto, quando chegava lá, que nós ia brincar, ele me chamava, botava eu encostado a ele.

A escolha ocorreu após um processo de aprendizado:

Ai, nós brincava... E ele, “esse menino ninguém pode deixar ele atrás não, ele tem que ir na frente! Que ele vai vendo o que eu vou fazendo, e ele vai aprendendo, ele e outros qualquer!” Mas, os outros não tinha, não sei... Não tinha cabeça, e eu interessado que era um pai d’égua mermo! Digo: eu vou ficar nesse lugar desse homem. Quando ele morrer eu tomo conta. Mas nada, ele entregou antes de morrer. Entregou a mim! Eu tinha onze ano!

Assíduo participante no Toré sempre dançado anualmente na Vila de Cimbres, “Seu Gercino” exerceu a função de “Bacurau” com maestria, desenvoltura e beleza até ser impedido por doença. Pois mesmo com peso dos anos de idade, estava firme e desempenhando seu papel, durante o Toré após as reuniões e nas festas realizadas em Cimbres (xxxxxxxxx).

Infância e adolescência Xukuru do Ororubá: os desafios dos séculos XX e XXI

As informações sobre óbitos na década de 1940 disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira, evidenciaram uma elevada taxa de mortalidade infantil. Foram registradas muitas mortes de crianças com apenas meses, ou ainda nos dois primeiros anos de vida nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa, todos localizados na Serra do Ororubá.⁸ Estão registradas também as mortes de pessoas adultas, em sua maioria com idade avançada, que, assim como as crianças, trazem sobrenomes de conhecidas famílias habitantes nessas localidades, a exemplo de Bispo, Romão e Nascimento, em Cana Brava; Simplício, em São José.

Após ouvir o comentário sobre os dados dos óbitos infantis, “Dona Zenilda” lembrou que as mortes eram por desnutrição, em razão da falta de terras para trabalho e melhores condições de vida:

A morte de crianças era por desnutrição. Os pais não tinham leite para as crianças. A desnutrição era grande. Os pais não tinham dinheiro para comprar leite ao fazendeiro. Muitas crianças morriam por desnutrição. Nos meses de maio e junho por causa da frieza. Muitas nasciam já desnutridas por falta de alimentação das mães grávidas.⁹

A entrevistada recordou também as difíceis condições de saúde e que as próprias famílias providenciavam os sepultamentos das crianças. Os caixões eram feitos com tábuas disponíveis nas “bodegas” locais. Em Cana Brava, existia um especialista em fazer caixões:

Os pais faziam os caixãozinhos de tábuas de caixas de sabão que vendiam nas vendas. “Seu” Tibúrcio em Cana Brava era o fazedor de caixões dos “anjinhos!”. Não havia estradas dos sítios para Pesqueira, o acesso a médicos era difícil. As parteiras faziam o que podiam. Muitas crianças nasciam e morriam em seguida. (Idem)

⁸Livro de Registro de Enterramentos 1943-1946, Livro 46^a; Livro de 1954. Arquivo da Prefeitura Municipal de Pesqueira.

⁹Zenilda Maria de Araújo, “Dona Zenilda”, 55 anos. (Viúva do Cacique “Xicão”). Aldeia Santana, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 04/07/05.

Nas memórias orais, indígenas entrevistados narraram sobre períodos difíceis. Devido às precárias condições de assistência médica, as mulheres morriam de parto e, por causa da fome, ocorria também à mortandade de crianças, como relatou “Dona Lica”:

Minha avó morreu de parto, que não tinha a saúde pública, não tinha uma enfermeira para pegar. Não tinha um médico suficiente, não tinha hospital. Morria muitas crianças. Filhos do meu marido (do 1º casamento dele) morreram sete. Não tinha assistência médica. Morria muita criança de fome. Morria as crianças porque dava farinha para as crianças comer, com papa d’água. A mãe dele (o marido) contava que ele foi criado com batata. Nascia muitos gêmeos. Criava com pano, minha sogra, a mãe dele, contou que criou dois com a saia dela. Não tinha o que comer, ela ia arrancar batata e fazia o mingau. Ela disse que ia nas matas, a mãe de Brivaldo, muitas vezes ia na mata, tirava munucunã* lavava em nove águas, se errasse morria tudinho. Isso foi se acabando. As mulheres ficavam doentes há 100 anos atrás e morria. Morreu a mãe do meu pai, de parto, que não tinha assistência médica. Morreu a mãe da minha mãe, de parto. Morreu a irmã da minha mãe de parto. As índias tinham todo ano um filho. Elas começavam a ter filhos com 12 anos. Não tinha médico. Ali adoecia para ter, não tinha, morria a índia e o indiozinho novinho. Poucos escapavam. De 100 crianças que nasciam dentro de um ano, se escapasse 10, era muito.¹⁰

Outro entrevistado, nascido e sempre morador em Cana Brava, também relatou a falta de assistência médica e da fome, provocando os óbitos de crianças:

Aqui passava muita fome, nessas épocas! Que não tinha ajuda, não tinha ajuda de nada! Não tinha ajuda de nada, de jeito nenhum! Não tinha terra de jeito nenhum, não tinha nada. Muitas crianças morriam na minha época. Hoje melhorou muito. Morria de doenças. Hoje melhorou muito! Porque antigamente aqui não tinha médico. Não existia médico. Morria de fome também. Morria desnutrido, de fome, porque não tinha de quê.¹¹

As difíceis condições de vida na Serra do Ororubá não eram diferentes para a população pobre na cidade. No semanário local, um colunista bradava providências policiais contra a “prática nociva da mendicância”, com pedintes de esmolas nas portas das casas, desde bem cedo até próximo à hora do recolhimento das famílias. Acusava o colunista que, mesmo com as chuvas, possibilitando trabalho para todos, os “mendigos profissionais” atuavam. Eram muitas crianças, algumas bem pequenas, incentivadas pelos pais a esmolarem. Para o cronista, a solução enérgica seria a prisão daquela gente vadia.¹² Tratava-se de uma visão, no mínimo, equivocada, pois em entrevistas os indígenas evidenciaram que não existia disponibilidade de terras para o trabalho, uma vez as terras invadidas pelos fazendeiros.

Mas, outro olhar sobre o ocorrido é encontrado em um artigo de Pe. Olímpio Torres, publicado dias depois, no mesmo jornal. O religioso nascido em Pesqueira discutia como um

*Raiz tóxica, mas comestível se devidamente preparada.

¹⁰Maria Alves Feitosa de Araújo, “Dona Lica”, 52 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/05.

¹¹Juvêncio Balbino da Silva, 76 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.

¹²“Notas soltas”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 21/06/1953, p.1.

profundo conhecedor da região, a diminuição da produção de alimentos e o elevado custo de vida se refletindo na feira do município. Os preços eram temas de conversas públicas provocando revoltas e questionamentos sobre os responsáveis. Os agricultores eram acusados pelo alto preço da farinha. Porém, escrevia o religioso: “Eles não plantaram mandioca dentro das plantações de tomate e por isso a farinha subiu. Eles não fizeram nenhuma roça de milho e feijão no lombo de cada boi que pasta na Serra – e por isso o povo passa fome”.¹³ A mendicância, que tanto incomodava o colunista, resultava da falta de fornecimento de gêneros alimentícios, outrora produzidos pelos indígenas agricultores, na Serra do Ororubá, invadida pelas fazendas de gado e o plantio de tomate, com a expulsão dos indígenas, produzindo mendigos para as ruas de Pesqueira.

Diante da situação de miséria generalizada o poder municipal determinou o recolhimento, à Delegacia de Pesqueira, e posterior devolução aos pais, de “vários meninos de 5 a 12 anos de idade, que andavam a perambular pelas ruas, mendigando de porta em porta”.¹⁴ A iniciativa, tida pelo jornal como uma “medida acertada”, cumpria ordens do juiz municipal que determinara enérgicas advertências aos pais, embora tivessem ocorrido algumas reações sociais, por se tratar de crianças menores mantidas na delegacia.

Enquanto o poder público coibia a mendicância importunando a tranquilidade das famílias abastadas e a ordem social em Pesqueira, a grande safra de tomates, favorecida pelas chuvas, foi saudada pelo semanário local. Segundo o jornal, a cidade revivia momentos de alegria, com a enorme safra daquele ano. Motivo para o industrial Manoel Caetano de Brito reunir “figuras de destaque social e econômico de Pernambuco”, banqueiros, industriais, militares, dentre outros para visitarem o plantio de tomate da Fábrica “Peixe”, considerado o maior do mundo. Informava a notícia ainda que cinegrafistas e fotógrafos registraram aquele momento festivo, quando foi servido aos visitantes milho verde assado, acompanhado de suco de tomate gelado.

Fome e mendicância para muitos, fartura e alegria para uns poucos. Situação explicitada a partir da leitura de outro trecho da reportagem: “Os campos tomateiros da firma Carlos de Brito S.A. cobrem uma área de quase cinco mil hectares, devendo registrar este ano uma produção ‘record’ de sessenta milhões de quilos do precioso fruto”.¹⁵ O noticiário prossegue exaltando as qualidades do “Comendador” Manoel de Brito e da “notável organização Peixe”, que, com um trabalho intensivo, a cada ano desenvolvia o parque

¹³“Feira”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 28/06/1953, p.1.

¹⁴“Medida acertada”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 5/07/1953, p.1.

¹⁵“Grande safra de tomate”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 26/07/1953, p.1.

industrial, expressando o dinamismo da família Brito e equipe, comprometidos com o progresso e o engrandecimento daquela “poderosa” empresa.

Os custos sociais desse progresso eram questionáveis. O Padre Olímpio Torres continuava denunciando a situação dos expropriados na Serra do Ororubá, apelando para uma solução baseada no espírito religioso cristão, como pregava a Igreja Católica Romana na doutrina social. Discordando daqueles afirmando tratar-se de um problema do Governo Federal, o sacerdote ironizava a incapacidade municipal para uma solução e a atitude cristã dos responsáveis, quando citou a existência de um “farisaísmo cristão a todos os fazendeiros e homens que governam o nosso Município”.¹⁶A crítica à expropriação provocada pela criação de gado na Serra do Ororubá provocou a reação de pessoas que, usando pseudônimos escreviam ao jornal “*A voz de Pesqueira*”, fazendo acusações ao Pe. Olímpio Torres.

Possivelmente, após muitos indígenas habitantes na Serra migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros, tornara a situação social muito grave na cidade. Difícil para tentar um emprego nas fábricas de produtos alimentícios. Ocorria o surgimento de aglomerações na periferia urbana, formadas, a maioria, pelas habitações do operariado. Dentre estes, muitos eram indígenas da Serra do Ororubá, concentrados no Bairro “Mandioca”, assim descrito por um pesquisador,

Acomodando-se a um desvão oferecido pela escarpa inferior da Ororubá, o bairro Mandioca, tendo a sua localização determinada pela proximidade da água e do centro urbano, atravessa com suas ruas mal cuidadas e suas casas de gente muito pobre o vale do Baixa Grande, começa a subir, do outro lado, a contra-encosta e um de seus arruados de casebres, quase trepados uns sobre outros (SETTE, 1956, p. 76-77).

Eram moradias comparadas pelo citado pesquisador às “favelas” das grandes cidades. Atualmente, o local é o chamado atual “Bairro Xucurus”, reunindo a maioria das famílias indígenas na área urbana de Pesqueira. Em conversas informais, habitantes locais mais velhos afirmaram que muitas dessas famílias foram expulsas de sítios na Serra do Ororubá, por fazendeiros invasores. Muitas crianças indígenas nasceram nessa localidade na cidade.

Nas memórias orais, os indígenas Xukuru do Ororubá citam os plantios na Serra do Ororubá destinados à indústria de doces e ainda sobre a época quando trabalharam nas fábricas em Pesqueira. Dentre as quais a Fábrica Peixe era a maior, empregando um grande contingente de indígenas Xukuru do Ororubá. No atual Museu do Doce, instalado no prédio da desativada Fábrica Rosa, encontram-se amplos painéis fotográficos com crianças trabalhadoras nas primeiras décadas do século XX.

Infância e adolescência Xukuru: conquistando direitos

¹⁶“Aos meus leitores”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 2/08/1953, p.1.

No início da Década de 1950, os indígenas pagavam aluguel das terras, espoliadas dos pais. Cana Brava era o lugar mais habitado na Serra do Ororubá. O Chefe da 4ª Inspetoria (IR4) do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, Raimundo Dantas Carneiro afirmava que Brejinho era a área mais estéril. Razão pela qual o Posto do SPI para os Xucuru foi instalado em São José, uma região de brejo, próxima a cidade. Afirmava ainda o chefe da IR4 que, nos sábados e quartas-feiras, os indígenas desciam da Serra para vende frutas, raízes, flores, verduras, beijus e utensílios de palha na feira, na área urbana de Pesqueira.

A população foi contabilizada em 2.200 “caboclos”, como informava o antropólogo norte-americano William Hohenthal que esteve na Serra do Ororubá. E reivindicavam as terras espoliadas de volta, para mudarem as condições de vida em que se encontravam. Em 1954 foi criado o Posto Xucuru como desejavam os indígenas, com a construção de uma escola em São José e outra em Brejinho, e mais o auxílio do SPI com ferramentas, medicamentos e tecidos para fardamentos escolares e ainda a possibilidade de aquisição de mais uma área de terras, garantiria a tranqüilidade para o trabalho dos Xukuru.¹⁷ Um grande engano, pois o assistencialismo oficial não resolveria a pobreza e a miséria indígena, provocada pelos esbulhos das terras em mãos de fazendeiros.

As relações dos Xukuru com os chamados “civilizados” nem sempre foram amistosas. É ao menos o que se pode concluir de um registro de 1965, quando o encarregado do Posto Xucuru, respondendo a um telegrama da IR4, afirmava que, após uma sindicância realizada, encontrara apenas duas índias como empregadas domésticas, uma delas com 16 anos de idade, em casa de “civilizados”. O agente do SPI informava ainda que nenhum indígena prestava serviço na casa de funcionários do Posto¹⁸. Se fora questionado exista alguma suspeita?

Outro retrato dos Xukuru, com uma detalhada riqueza de informações, é encontrado em um Relatório de Estágio de William Ribeiro, em 1971.¹⁹ As observações resultaram do acompanhamento da rotina do Posto e da convivência muito próxima com os indígenas. Ribeiro começou afirmando a grande dimensão da área habitada pelos “remanescentes” Xukuru, existindo aldeias distante 20 km da sede do Posto. Toda a área foi percorrida a cavalo por William, que esteve, dentre outros locais, em Cana-Brava, Brejinho, Vila de Cimbres. E afirmou ter sido sempre bem recebido por onde passou, apesar do descrédito dos indígenas em relação ao Posto.

¹⁷As informações estão em um texto com três páginas datado de Recife, julho de 1957, de autoria de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da 4ª IR do SPI.

¹⁸Ofício de Agenor da Silva Guedes – Agente do SPI, do Posto Indígena Xucuru, 24/11/1965, para a IR4. Museu do Índio/Sedoc, mic. 179, fot. 665.

¹⁹Relatório de Estágio. MÊS: AGOSTO/SET/OUT. De William Ribeiro Ormundo, no Posto Indígena Xucuru 27/10/1971. Museu do Índio/Sedoc, mic. 301, fot. 1167.

Possivelmente a partir da prática do trabalho coletivo indígena, conhecida entre os Xukuru como “juntada”, Ribeiro, com jovens indígenas moradores no entorno do Posto, depois de uma “permissão” da IR4, prepararam um campo para a prática de futebol. Para “feitura” do campo, porém, os jovens reformaram “um barraco” e construíram mais duas casas para pessoas idosas e sozinhas habitantes em Brejinho.

Diante das precárias condições de vida e pobreza, o estagiário William Ribeiro se colocava na condição de indigenista salvador, benfeitor dos indígenas Xukuru, quando afirmou; “Cabendo a nós, indigenistas, levar até eles o mínimo de conforto e segurança, enfim condições de vida”²⁰ Apesar da falta de recursos, William expressava otimismo e muita crença na atuação dos funcionários do Posto para mudar a situação. Porém, em nenhum momento questionou as invasões e apropriações das terras indígenas pelos fazendeiros, provocando a situação de miséria como viviam os indígenas por toda a Serra do Ororubá.

Em fins dos anos 1980 após a participação nas mobilizações sociais da Assembleia Nacional Constituinte, com a atuação marcante do Cacique “Xicão”, os Xukuru do Ororubá retomaram as reivindicações pelas terras. Motivados pelos direitos fixados na Constituição Federal de 1988, apoiados por outros povos indígenas no Nordeste e setores da sociedade civil, iniciaram a retomada do território tradicional, reocupando áreas de várias fazendas. O acirramento dos conflitos entre os indígenas e fazendeiros nas terras, entre os fins dos anos 1980 e meados dos anos 1990, foi motivo de extensas reportagens publicadas na imprensa. Enquanto os fazendeiros negavam a presença de indígena “puros” ou a ocorrência dos conflitos, os Xukuru do Ororubá denunciavam as violências, a miséria e a fome com as terras invadidas por grandes criadores de gado.

Para impedir a organização e mobilização indígena os fazendeiros planejaram o brutal assassinato do Cacique “Xicão” ocorrido em 1998. Aumentaram as ameaças, perseguições e posteriormente outras lideranças foram mortas como “Xico Quelé” em 2001. As violências provocaram um clima de medo entre os indígenas e diretamente para os familiares, filhos/as, crianças e adolescentes parentes dos assassinados. Os Xukuru do Ororubá conquistaram terras homologadas pelo Governo Federal em 2001, lamentavelmente com custo muito alto: o sangue de lideranças assassinadas. A terra demarcada possibilitou uma vida nova ao povo Xukuru do Ororubá que se dedica a lavoura de para o consumo, a criação de caprinos e bovinos. A produção excedente de verduras e frutas sendo comercializada na feira de Pesqueira e a de leite vendida diretamente a uma fábrica de laticínios.

²⁰Relatório de Estágio. Op. cit.

Descontentes com a demarcação das terras indígenas, os fazendeiros suscitam conflitos internos a exemplo do resultante nas mortes em 2003 de dois jovens indígenas acompanhantes do jovem Cacique Marcos, que escapou por pouco ileso de uma emboscada realizada pelo também indígena Xukuru Louro Frazão, conhecido pelas relações muito próximas com os fazendeiros. Além disso, existem na Justiça Federal vários processos contra as lideranças Xukuru do Ororubá. A criminalização das lideranças indígenas, que receberam a solidariedade e a indignação manifestada pela sociedade civil, tem provocando um contínuo estado de tensão na organização daquele povo e de apreensão nas famílias indígenas. (FIALHO, *et al*, 2011).

A população Xukuru do Ororubá atualmente é contabilizada, segundo os próprios indígenas, em mais de 10.000 indivíduos, habitando em 24 aldeias na Serra do Ororubá e com cerca de 200 famílias indígenas concentradas em três bairros, na periferia da Cidade de Pesqueira, além de outras famílias que moram nas demais áreas urbanas da mesma cidade. A partir da liderança do Cacique “Xicão” os Xukuru conquistaram um nível de mobilização e organização com reconhecida visibilidade no cenário político regional e nacional.

No que diz respeito à Educação Escolar Indígena, os Xukuru assim como fizeram com as terras reivindicadas, também retomaram a escola. Na Década de 1950 foram construídas duas escolas pelo SPI na Serra do Ororubá. Esse número foi ampliado com a administração da FUNAI a partir dos anos 1970, sendo que em todas os/as professores/as a maioria era não indígenas funcionários/as do órgão estatal, a organização e os conteúdos curriculares eram também sob a direção da agência indigenista oficial.

Com a demarcação do território e os direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988, esse quadro mudou radicalmente. Os indígenas se mobilizaram para exigirem os direitos por uma educação diferenciada. Existem várias escolas na Área Indígena Xukuru, coordenadas pelos próprios indígenas por meio do Conselho de Professores Indígena Xukuru do Ororubá (COPIXO), discutindo e organizando a Educação Escolar Indígena. Como afirmaram:

Atualmente, foram elaborados Projetos Didáticos com temáticas relacionadas ao nosso calendário para efetivar o currículo intercultural e interdisciplinar. A partir disso, temos vivenciado o currículo de forma mais dinâmica, fazendo relação dos conteúdos da sociedade nacional com os saberes Xukuru. É assim a escola Xukuru! Ela tem a função de formar os guerreiros e guerreiras, conhecedores dos seus direitos e deveres e fortalecedores da sua identidade étnica e cultural, repassando a história dos nossos antepassados e fortalecendo a nossa luta. (Professoras e professores Xukuru, 2005, p.3).

O menino Gercino cresceu em meio a uma trajetória que pode ser considerada

emblemática, por ser uma história pessoal que se fundiu na história do povo Xukuru do Ororubá. Nascido sem-terra e falecendo como habitante na retomada Aldeia Pedra d'Água, um lugar mítico-religioso para os Xukuru do Ororubá. E esteve ao lado do Cacique “Xicão”, de quem recebia manifestadas expressões públicas de muita estima e consideração, nas mobilizações contemporâneas dos Xukuru Ororubá na busca de direitos. Acompanhou “Xicão” nas muitas viagens dos indígenas ao Recife e a Brasília, onde foram pressionar a FUNAI e os demais órgãos públicos. Bem como, para realizar articulações com aliados, parceiros da sociedade civil nas denúncias das perseguições, violências e assassinatos de lideranças Xukuru do Ororubá, nas reivindicações pela demarcação das terras indígenas

Aos 83 anos “Seu” Gercino via com a posse das terras a concretização do sonho tão esperado, desde criança: a dignidade para o povo Xukuru do Ororubá. A organização e a educação escolar são expressões desse sonho. O COPIXO contabilizou 42 escolas com quase todos/as os/a 186 docentes indígenas, à exceção de alguns/as atuando no Ensino Fundamental II e Médio, atendendo cerca de 5.000 estudantes em todas as modalidades de ensino de ensino, sendo a maioria crianças e adolescentes.

Referências

ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: LECH, 1980.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARANTES, Adlene Silva. **O papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco (1874-1889)**. Recife: UFPE, 2005. (Dissertação Mestrado em Educação).

AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação Mestrado em História).

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Relações de dependência social no Agreste Centro Ocidental de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1979. (Dissertação Mestrado em Sociologia – PIMES).

CHAVES, A.M. Os significados das crianças indígenas brasileiras (séculos XVI e XVII). **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.** São Paulo, 10(1), 11-30, 2000.

FIALHO, Vânia; NEVES, Rita de Cássia Maria; FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão (orgs.). **“Plantaram” Xicão: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território**. Manaus: PNCSAUEA/UEA Edições, 2011

SILVA, Edson. Infância e adolescência Xukuru do Ororubá: pensando o direito a diferença e a dignidade indígena no nordeste. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 2, p. 5-22. 2023.

FIAM-CEHM. **Livro da Criação da Vila de Cimbres (1762-1867)**. Recife: FIAM-CEHM/Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985.

FERREIRA, Ana Laura Loureiro **“Para outra geração”**: um estudo de Antropologia visual sobre crianças entre os Tingui-Botó (AL). Recife: UFPE, 2010. (Dissertação Mestrado em Antropologia).

NUNES, Angela M. O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras. In: SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (orgs.). **Crianças indígenas**: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002, p.236-277.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

PROFESSORAS E PROFESSORES XUKURU. **Plantando a memória do nosso povo e colhendo os frutos da nossa luta**: o projeto político pedagógico das escolas. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2005.

SETTE, Hilton. **Pesqueira**: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Aprendizizes da Guerra. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 192-209.